



## III ENCONTRO REGIONAL EM COMEMORAÇÃO AO DIA DO GEÓGRAFO – ERCOGeo

“A geografia presencial em retomada: diálogos e debates”

09 a 13 de agosto de 2022 – Três Lagoas/MS

### EDUCAÇÃO DO CAMPO E QUESTÃO AGRÁRIA: A CONQUISTA DE POLÍTICAS PÚBLICAS PELOS MOVIMENTOS SOCIOTERRITORIAIS CAMPONESES

William James Vendramini <sup>1</sup>  
Rodrigo Simão Camacho <sup>2</sup>

- (X) Resumo expandido
- ( ) Projeto de pesquisa
- ( ) Relato de experiência

#### EIXO TEMÁTICO

- ( ) Dinâmica Ambiental e Planejamento
- (X) Dinâmicas Territoriais na Cidade e no Campo
- ( ) Ensino de Geografia, Educação Ambiental e Práticas Pedagógicas

#### 1) INTRODUÇÃO (JUSTIFICATIVA E OBJETIVOS)

A pesquisa visa relacionar as disputas territoriais e os conflitos do campo, com as conquistas, a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), de políticas públicas protagonizadas pela ação dos movimentos socioterritoriais camponeses voltadas à Educação do Campo.

Nesta perspectiva, a Educação do Campo tende a ser desconfigurada, sendo forçada a utilizar em seus currículos, conteúdos que atendam bases nacionais, que possuem em seu cerne, ideologias neoliberais, dificultando que as questões relacionadas ao modo de vida e as territorialidades das populações do campo, águas e florestas, possam ser tratadas de forma adequada, que culmine com a valorização da resistência do campesinato e, assim, no ceio da escola possa-se conhecer e compreender, “as diferentes formas de reprodução dos sujeitos do campo e a multidimensionalidade de seus territórios (política, econômica, cultural, ambiental), seus diálogos e conflitos” (CAMACHO, 2019).

O debate dessas questões são fundamentais para o fortalecimento das escolas e da Educação do Campo, possibilitando a promoção, criação, implantação e manutenção de políticas públicas que respeitem e valorizem as

<sup>1</sup> Doutorando do Programa de Pós-graduação Mestrado e Doutorado em Geografia UFMS-CPTL, e-mail: [william.j@ufms.br](mailto:william.j@ufms.br);

<sup>2</sup> Docente no Curso de Licenciatura em Educação do Campo (UFGD) e nos programas de pós-graduação em Geografia na UFMS e na UFGD e em Educação e Territorialidade na UFGD, e-mail: [rodrigocamacho@ufgd.edu.br](mailto:rodrigocamacho@ufgd.edu.br).



### III ENCONTRO REGIONAL EM COMEMORAÇÃO AO DIA DO GEÓGRAFO – ERCOGeo

“A geografia presencial em retomada: diálogos e debates”

09 a 13 de agosto de 2022 – Três Lagoas/MS

especificidades das populações do campo em sua multidimensionalidade, concordando com Arroyo, 2007, enquanto classe socioterritorial e modo de vida, envolvendo como elementos, as questões da cultura, identidade, território, gênero e étnico-racial, isto significa pensar em políticas focadas nessas especificidades.

Uma das contribuições iniciais para que este objetivo se efetive na prática é compreender as ações dos movimentos socioterritoriais camponeses, que na história do Brasil, apresentam resultados importantes de conquistas de direitos, mas que, paulatinamente, devido a implantação de política neoliberais, advindas de um governo que tem como concepção ideológica, o “ultraliberalismo”, estão perdendo o poder de impacto da força de suas ações. (SANTOS, 2021)

Este estudo tem o objetivo de analisar a relação entre ações dos Movimentos Socioterritoriais, as Políticas Públicas e a Educação do Campo no Brasil, elencando os avanços e retrocessos das políticas públicas que surgiram em consequência da luta dos movimentos socioterritoriais camponeses.

## 2) METODOLOGIA

A metodologia empregada no desenvolvimento desta pesquisa foi a pesquisa bibliográfica e exploratória. Segundo Gil (2002), a pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído, principalmente, de livros e artigos científicos, baseados em critérios técnicos, sendo qualitativa e quantitativa.

Dentro das perspectivas de obter dados satisfatórios, a pesquisa baseou-se na exploração e levantamento de dados existentes de forma bibliográfica, do Manual de Operações do PRONERA, e em outros textos publicados (artigo), leis, normativas, portarias que analisam a temática.

De forma analítica documental, para analisar os movimentos socioterritoriais, nos baseamos em dados do Banco de Dados da Luta pela Terra (DATALUTA), que é um projeto de extensão e pesquisa do Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária (NERA) vinculado ao Departamento de Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista (Unesp), Campus de Presidente Prudente.

## 3) REFERENCIAL TEÓRICO

Questão Agrária, Movimentos Socioterritoriais, Educação do Campo e Políticas Públicas são temas pesquisados por autores como Camacho (2010, 2014, 2019, 2020), Fernandes (2005, 2008, 2009, 2010), Santos (2002, 2008), Saquet (2007, 2009), Caldart (2010, 2012), Nardoque (2016), Arroyo (2007), Almeida e Paulino (2010), Molina, (2010) Martins (1981), entre outros autores, que revelam com discussão teórica e empírica, os problemas enfrentados pelos camponeses na resistência pela permanência na terra com a garantia de direitos basilares, como a Educação do Campo, sendo desenvolvida de forma adequada às características socioterritoriais do campesinato.

As relações socioespaciais são formadas pelos sistemas de ações e de objetos, que de acordo com Milton Santos (2002), “são contraditórios e solidários”. “As relações sociais são predominantemente produtoras de espaços



### III ENCONTRO REGIONAL EM COMEMORAÇÃO AO DIA DO GEÓGRAFO – ERCOGeo

“A geografia presencial em retomada: diálogos e debates”

09 a 13 de agosto de 2022 – Três Lagoas/MS

fragmentados, divididos, unos, singulares, dicotomizados, fracionados, portanto, também conflitivos” (FERNANDES, 2005).

As relações contraditórias e conflitivas, possibilitam que o campo seja um espaço social construído permanentemente por constantes mudanças significativas. Neste caso, a Educação do Campo ganha mais força a partir da criação de uma política pública específica, resultado de lutas e reivindicação dos movimentos socioterritoriais.

A educação do meio rural no Brasil sempre teve papel marginal nas políticas de educação, tendo a população do campo um acesso restrito até mesmo ao nível básico de ensino. Segundo o Manual do PRONERA (2004) se o quadro geral da educação no país ainda apresenta grandes problemas, no campo, esses problemas são ainda maiores.

Em 2000, 28,3% das pessoas com 15 anos ou mais residentes no meio rural não eram alfabetizadas, assim três em cada grupo de dez jovens ou adultos do meio rural se encontravam numa situação de analfabetismo absoluto, em uma população em que a escolaridade média não alcançava sequer quatro anos de estudo. (Manual do PRONERA, pg.81, 2004).

A partir da década de 90, com a pressão dos movimentos socioterritoriais do campo, algumas iniciativas voltadas para a Educação do Campo, que apontam para a construção de políticas públicas, começaram a surgir, dentre eles, a criação do PRONERA.

No território das políticas públicas de Educação do Campo, temos o PRONERA. De acordo com o Manual de Operações do PRONERA, o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária é uma política pública de Educação do Campo desenvolvida nas áreas de Reforma Agrária. Seu principal objetivo é fortalecer o meio rural enquanto território de vida em todas as suas dimensões: econômicas, sociais, políticas, culturais e éticas (CAMACHO, 2019, p.6).

Falando em Educação do Campo, a criação de políticas públicas adequadas as especificidades, torna-se importante para um povo que resiste aos conflitos agrários e defende o seu território, mesmo diante de uma grande contradição impetrada pelas relações econômicas, tendo como base o sistema capitalista.

#### 4) RESULTADOS E DISCUSSÕES

Para Martins (1990), os camponeses estão inseridos na dinâmica produtiva pela circulação de mercadorias, os quais transferem renda da terra para os setores capitalistas e não, necessariamente, mais-valia, como fazem os operários das fábricas. O produto do camponês é transformado em mercadoria nas relações de troca em escala mercadológica local, nacional, internacional.

Os movimentos socioterritoriais “dizem respeito ao conjunto de mobilizações populares que, além da conquista do território, têm sua existência condicionada à manutenção de sua territorialidade” (PEDON, 2009, p. 227).



### III ENCONTRO REGIONAL EM COMEMORAÇÃO AO DIA DO GEÓGRAFO – ERCOGeo

“A geografia presencial em retomada: diálogos e debates”

09 a 13 de agosto de 2022 – Três Lagoas/MS

Apresenta-se entre as conquistas dos movimentos socioterritoriais, como resultado de engajamentos e lutas de alguns como “Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar, Movimento de Libertação dos Sem Terras, Movimentos Indígenas e Movimentos dos Pequenos Agricultores (MPA)”. (DALPERIO, p. 37, 2015).

No período de 2000 a 2018 foram registrados no DATALUTA 119 movimentos socioterritoriais, que atuaram em ocupações de terras no Brasil. Essas ações têm como consequência a modificação da estrutura fundiária, as pressões exercidas nos governos, a desterritorialização do agronegócio, (re) territorialização dos movimentos, dentre outros desdobramentos.

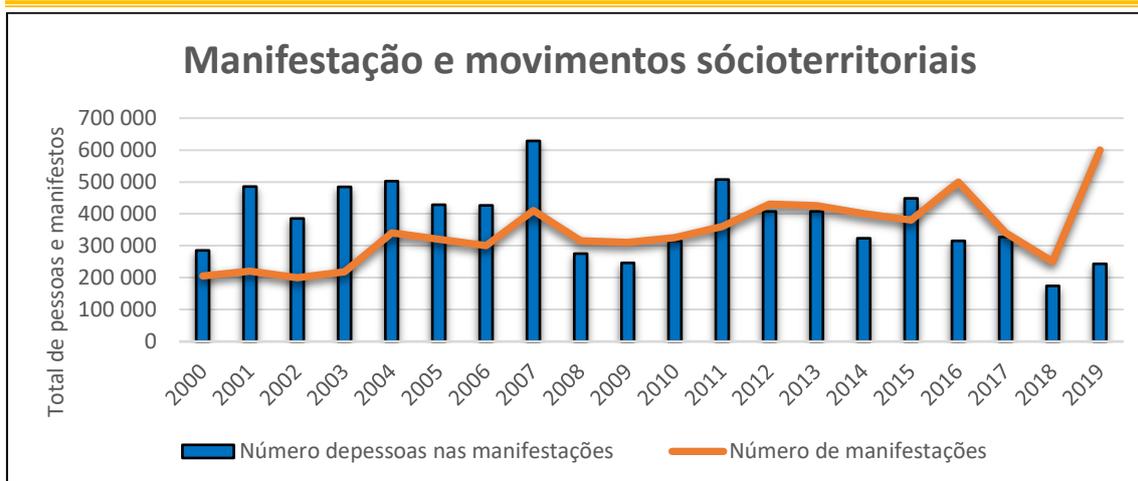
Em relação às áreas de maior atuação dos movimentos socioterritoriais temos as regiões Centro-Oeste e Nordeste. O enfrentamento nessas duas macrorregiões ocorre devido à territorialização do agronegócio (soja, cana-de-açúcar, frutas e gado). Nessas regiões destacamos o estado da Bahia com 67 ocupações e 2.142 famílias participantes e do Mato Grosso do Sul com a mobilização de 5.935 famílias em 63 ocupações, principalmente, no sul do referido estado. Na região Norte o número mobilizações de famílias em relação às outras regiões é baixo, sendo contabilizadas 391 famílias em seis ocupações. O estado que se destaca no número famílias é o Amazonas com 200 em uma ocupação. (DATALUTA, 2019).

Este contexto de ação dos movimentos socioterritoriais nos remete ao debate da conflitualidade como centro do processo explicativo.

A questão agrária sempre esteve relacionada com os conflitos por terra. Analisá-la somente neste âmbito é uma visão reducionista, porque esses conflitos por serem territoriais não se limitam apenas ao momento do enfrentamento entre classes ou entre camponeses e Estado. O enfrentamento é um momento do conflito. Para compreendê-lo em seu movimento utilizamos o conceito de conflitualidade. A conflitualidade é um processo constante alimentado pelas contradições e desigualdades do capitalismo. O movimento da conflitualidade é paradoxal ao promover, concomitantemente, a territorialização – desterritorialização – reterritorialização de diferentes relações sociais. A realização desses processos geográficos gerados pelo conflito é mais bem compreendida quando analisada nas suas temporalidades e espacialidades. São processos de desenvolvimento territorial rural formadores de diferentes organizações sociais (FERNANDES, 2008, p.04).

Ao se analisar um período temporal das manifestações no Brasil no gráfico 01, percebe-se o grande número de participantes, ou seja, muitas frentes de luta, que os movimentos socioterritoriais projetam, por vezes, de forma conflituosa, na necessidade de busca por direitos, como, por exemplo, o de uma Educação do Campo com qualidade e equidade, incluindo as práticas do seu entorno e respeitando a cultura e o saber por experiência.

**Gráfico 01: Manifestações do campo 2000 – 2019, relação do número de manifestações e pessoas envolvidas.**



Fonte: CPT. Org – Rede DATALUTA, 2020. Adap. Autores (2022)

Esses enfrentamentos possuem várias linhas de reivindicações, como a reforma agrária e a distribuição de territórios que atendam às necessidades dos camponeses, quilombolas e indígenas, bem como a Educação do Campo, que é uma demanda, pois a conquista da terra não basta, é necessário garantir todos os aspectos de direitos constitucionais por meio de políticas públicas, como a educação.

A porcentagem de pessoas residentes na área rural do Brasil, conforme a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) (2015), gerenciada pelo IBGE, é de 15,28%, o que significa cerca de 33 milhões de pessoas. Esse número expressivo ressalta a necessidade de existirem e se ampliarem escolas do campo, exigindo o planejamento, implantação e gerenciamento de políticas públicas para a Educação do Campo, respeitando suas características.

No curso do debate, em relação aos aspectos sobre a constituição da Educação do Campo, entendemos que ela nasce e se fortalece como um paradigma construído pelos sujeitos coletivos, organizados nos Movimentos Socioterritoriais do campo, tendo à frente, sobretudo, o MST.

No processo histórico da emergência da Educação do Campo, temos como referência o Encontro Nacional de Educadores da Reforma Agrária (ENERA), as Conferências Nacionais Por uma Educação do Campo I e II, que culminaram para o surgimento de políticas públicas educacionais como o PRONERA e o PRONACAMPO.

Na atualidade, mais do que nunca, ressalta-se a importância de se pensar sobre as dimensões epistemológicas da Educação do Campo, mas também sobre o complexo de relações econômicas, sociais e políticas que ela implica.

## 5) REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARROYO, Miguel Gonzalez. Políticas de formação de educadores (as) do campo. **Cad. Cedes**, Campinas, vol. 27, n. 72, p. 157-176, mai./ago. 2007. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em: 09 jul. 2021.  
CAMACHO, Rodrigo Simão. Educação do campo e territórios/territorialidades camponesas: terra, família e trabalho. In: MOLINA, Mônica Castagna;



### III ENCONTRO REGIONAL EM COMEMORAÇÃO AO DIA DO GEÓGRAFO – ERCOGeo

“A geografia presencial em retomada: diálogos e debates”

09 a 13 de agosto de 2022 – Três Lagoas/MS

- MARTINS, Maria de Fátima Almeida (Orgs.). **Formação de formadores: reflexões sobre as experiências da licenciatura em educação do campo no Brasil**. Belo Horizonte, MG: Autêntica Editora, 2019. (Coleção caminhos da educação do campo, v. 9).
- CAMACHO, Rodrigo Simão. O território como categoria da Educação do Campo: no campo da construção/destruição e disputas/conflitos de territórios/territorialidades. **Revista NERA**, vol. 22, n. 48, p. 38-57, 2019. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/6364>.
- DALPERIO, L. C. Os movimentos socioterritoriais mais atuantes em ocupações de terras e famílias participantes no Brasil – 2000-2012. **Sociedade e Território**, Natal, vol. 27. Edição Especial I – XXII ENGA. p. 126-148, set. 2015.
- DATALUTA. **Relatório Dataluta Brasil**. Coordenação Sobreiro Filho, J. Girardi, E. P. - no. 21 (2020). – Presidente Prudente: NERA, 2020. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/345983567\\_RELATORIO\\_DATAUTA\\_BRASIL\\_-\\_2020](https://www.researchgate.net/publication/345983567_RELATORIO_DATAUTA_BRASIL_-_2020). Acesso em: 20 ago. 2021.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. **Revista Nera**, Presidente Prudente: Unesp, ano 8, n. 6, p. 14 – 34, jan./jun. 2005. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/1460>.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. Entrando nos territórios do território. In: PAULINO, Eliane T.; FABRINI, João E. (Org.). **Campeinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008. Disponível em: [http://www2.fct.unesp.br/nera/artigodomes/3artigodomes\\_2008.pdf](http://www2.fct.unesp.br/nera/artigodomes/3artigodomes_2008.pdf).
- FERNANDES, Bernardo Mançano. Sobre a tipologia de territórios. In: SAQUET, Aurélio Marcos; SPOSITO, Eliseu Savério (Org). **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, 2009. p. 197-215. Disponível em: <http://www.gepec.ufscar.br/publicacoes/ruralidade/sobre-a-tipologia-de-territorios.pdf/view>.
- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- MARTINS, J.S. **Os Camponeses e a política no Brasil**. 4. ed. Petrópolis, Vozes. 1990.
- PRONERA. **Manual de Operações- Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária** (PRONERA). Brasília, abril de 2004
- SANTOS, Milton. O dinheiro e o território. In: **Território-Territórios**. Programa de PósGraduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense – Associação dos Geógrafos Brasileiros. Niterói, 2002. p. 9-15.
- SANTOS, L. M. dos. **“Ultraliberalismo” no Brasil atual**. Comunicação. 2021. Disponível em <https://www.adufmat.org.br/portal/index.php/comunicacao/noticias/item/4385-ultraliberalismo-no-brasil-atual-leonardo-santos>. Acesso em: 20 mai. 2021.